

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE 01 (um) compressor de ar, e 01 (um) kit de acessórios para atender a demanda da Secretaria Municipal de Segurança Pública, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Tipo de objeto

- (X) Aquisição de Bens
() Serviço Comum
() Serviço de Engenharia comum
() Serviço de Engenharia especial
() Obra de engenharia comum
() Obra de engenharia especial

1.2. Especificações e quantidades

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>UNID.</u>	<u>QTE</u>	<u>v.unit.</u>	<u>v. total</u>
1	Compressor de ar	unid	01	R\$ 1.646,00	R\$ 1.646,00
2	Kit acessórios	unid	01	R\$ 1.029,00	R\$ 1.029,00
				TOTAL	R\$ 2.675,00

1.2.1. O VALOR GLOBAL ESTIMADO É DE R\$ 2.675,00.

1.2.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS:

A potencial contratação tem por objeto a aquisição **de 01 (um) compressor de ar, e 01 (um) kit de acessórios**, destinado ao uso contínuo e adequado à **manutenção e calibragem de pneus das viaturas** da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí, assegurando eficiência operacional, segurança e confiabilidade nas atividades rotineiras da frota.

O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, de fabricação recente, em perfeito estado de funcionamento, acompanhado de todos os componentes necessários à sua plena utilização, não sendo admitidos equipamentos reconicionados, remanufaturados ou usados.

O compressor deverá ser de 120 LBS com motor de 2,5 HP (cerca de 1,8 Kw), monofásico, com pressão máxima de 120 lbf/pol² (8,3 bar), com reservatório comum de 50 litros, oferecendo vazão teórica em torno de 249 L/min (8,8 PCM), e geralmente possui rodas e alça para transporte, sendo bivolt 127/220 V e com acessórios como regulador de pressão e engate rápido.

Deverá ser fornecido, juntamente com o compressor, **kit de acessórios completo**, contendo:

Calibrador digital de pneus, com leitura precisa e de fácil visualização, calibragem de 0 a 145 Lbs, indicação de pressão em memória, início de operação automático ao engatar o bico na válvula do pneu, disparo do alarme da calibragem BIP, tecla + e – aumentam e diminuem a pressão, tecla de leitura em bar, tecla de pneu vazio.

Mangueira de ar com comprimento mínimo de **08 (oito) metros**, compatível com a pressão de trabalho do equipamento;

Bico para enchimento de pneus com conexões e engates rápidos, adequados ao uso seguro e eficiente do sistema. O equipamento e seus acessórios deverão possuir garantia mínima legal, conforme a legislação vigente, cobrindo defeitos de fabricação e assegurando a substituição ou reparo quando necessário.

O compressor de ar deverá atender integralmente às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança operacional, desempenho, resistência e proteção ao usuário, observando-se as regulamentações expedidas pelos órgãos competentes.

Ressalta-se que a presente contratação possui caráter pontual, destinando-se exclusivamente à aquisição do equipamento descrito, não sendo caracterizada como serviço de natureza contínua, não implicando em contratações recorrentes ou prestação continuada de serviços para a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí.

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O(s) serviço(s) / aquisição do objeto desta contratação são caracterizados como comum(s), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

(TRATAMENTO EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS)

[SIM]

SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

[SIM]

Em observância ao disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 7.785/2025, que estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento econômico local e o fortalecimento dos pequenos negócios no âmbito do Município, justifica-se a realização do presente certame de forma exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI). A referida lei tem como finalidade fomentar a economia municipal, incentivar a geração de emprego e renda, bem como assegurar a participação efetiva dos pequenos empreendimentos nas contratações públicas. Ao reservar a participação exclusiva desses segmentos econômicos, a Administração Pública cumpre seu papel de agente indutor do desenvolvimento local sustentável, estimulando a competitividade e a formalização dos pequenos negócios. O objeto desta licitação é a aquisição de tintas para a demarcação viária para a cidade de Itajaí e caracteriza-se como de baixo valor e de ampla oferta no mercado local, condições que se enquadram no escopo do incentivo previsto na Lei Municipal nº 7.785/2025. Além disso, trata-se de bens e serviços que podem ser facilmente fornecidos por empresas de pequeno porte estabelecidas no município e região, sem prejuízo da qualidade ou da economicidade da

contratação. Dessa forma, a exclusividade para ME, EPP e MEI revela-se plenamente justificada, atendendo aos princípios da isonomia, da economicidade, da promoção do desenvolvimento local e regional, bem como da valorização dos pequenos negócios, conforme diretrizes da Lei Municipal nº 7.785/2025 e em harmonia com o tratamento diferenciado previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Portanto, a adoção do regime de licitação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais está devidamente justificada e alicerçada em fundamentos legais e de interesse público, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Município e garantindo a participação mais ampla e efetiva dos pequenos empreendimentos locais nas compras públicas.

Em observância ao disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 7.785/2025, que estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento econômico local e o fortalecimento dos pequenos negócios no âmbito do Município, justifica-se a realização do presente certame de forma exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI). A referida lei tem como finalidade fomentar a economia municipal, incentivar a geração de emprego e renda, bem como assegurar a participação efetiva dos pequenos empreendimentos nas contratações públicas. Ao reservar a participação exclusiva desses segmentos econômicos, a Administração Pública cumpre seu papel de agente indutor do desenvolvimento local sustentável, estimulando a competitividade e a formalização dos pequenos negócios.

O objeto desta licitação é a aquisição de tintas para a demarcação viária para a cidade de Itajaí e caracteriza-se como de baixo valor e de ampla oferta no mercado local, condições que se enquadram no escopo do incentivo previsto na Lei Municipal nº 7.785/2025. Além disso, trata-se de bens e serviços que podem ser facilmente fornecidos por empresas de pequeno porte estabelecidas no município e região, sem prejuízo da qualidade ou da economicidade da contratação.

Dessa forma, a exclusividade para ME, EPP e MEI revela-se plenamente justificada, atendendo aos princípios da isonomia, da economicidade, da promoção do desenvolvimento local e regional, bem como da valorização dos pequenos negócios, conforme diretrizes da Lei Municipal nº 7.785/2025 e em harmonia com o tratamento diferenciado previsto nos artigos 47 e 48 da Lei

Complementar Federal nº 123/2006. Portanto, a adoção do regime de licitação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais está devidamente justificada e alicerçada em fundamentos legais e de interesse público, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Município e garantindo a participação mais ampla e efetiva dos pequenos empreendimentos locais nas compras públicas.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 01 (um) compressor de ar e 01 (um) kit de acessórios, destinados a atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Segurança Pública, especialmente no que se refere à manutenção preventiva e corretiva das viaturas oficiais.

A frota de veículos desempenha papel essencial nas atividades de patrulhamento, atendimento a ocorrências e apoio às ações de segurança pública, sendo indispensável que se encontre em plenas condições de uso. Nesse contexto, o compressor de ar constitui equipamento fundamental para a realização de serviços como calibragem de pneus, limpeza de componentes, pequenos reparos e demais procedimentos de manutenção básica, contribuindo para a conservação dos veículos e para a segurança dos agentes durante o exercício de suas funções.

Atualmente, a inexistência de equipamento próprio limita a autonomia da Secretaria, ocasionando dependência de serviços externos, aumento de custos operacionais, deslocamentos desnecessários das viaturas e possível comprometimento da disponibilidade da frota. A aquisição do equipamento permitirá maior agilidade nos serviços, redução de despesas recorrentes com terceirizações e melhor gestão dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

O kit de acessórios é imprescindível para garantir a plena funcionalidade do compressor de ar, assegurando que o equipamento atenda de forma adequada às necessidades operacionais da manutenção veicular.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e justificada, por proporcionar melhores condições de trabalho, maior eficiência administrativa e assegurar a

adequada manutenção das viaturas da Secretaria Municipal de Segurança Pública, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A contratação se dará com base no Art. 75 II, da Lei 14.133/2021, por dispensa de licitação, com critério de julgamento em razão do menor valor por item.

O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Tratando-se serviços comuns, o critério de aceitabilidade de preços será:

4.1.1. Menor preço: (X) global () unitário () por lote, estimado para a contratação.

4.2. Serão exigidas amostras?

(X) Não

() Sim

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 62, inciso II):

Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021.

É fundamental observar que exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender ao disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, o qual preceitua que “o processo de licitação pública (...) somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução: O objeto deverá ser entregue/prestado em até 30 dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

Possibilidade de prorrogação (art. 107):

6.2. Endereço do local de entrega, identificação da Secretaria/departamento responsável pelo recebimento, e horário:

Secretaria Municipal de Segurança Pública, Rua Blumenau, nº 1500, Barra do Rio, Itajaí-SC. Das 13:00h às 19:00h.

Responsável pelo recebimento: Valmir Alves Batista – Gerente de Frotas.

6.3. Garantia contratual: Será exigida garantia contratual, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

☒ (x) Não

☐ () Sim

6.4. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

☒ (x) Não

☐ () Sim

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- () Contrato administrativo.
- () Ata de registro de preços.
- (x) Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

Nome: Ettore Gustavo Stenghele
Cargo: Secretario de Segurança Publica
Matrícula: 2270301
E-mail: seguranca@itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: Mayckon Colsani
Cargo: Agente de Autoridade de Transito
Matrícula: 1438804
E-mail: inspetoriadetransito@itajai.sc.gov.br

Fiscal do Contrato

Nome: Valmir Alves Batista
Cargo: Gerente de Frotas
Matrícula: 268481
E-mail: valmir.batista@itajai.sc.gov.br

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, conforme disposição contida no artigo 135 da Lei 14.133/2021.

12.2. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

12.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei 14.133/2021 e IN xxx/2026.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.675,00 (dois mil, seiscentos e setenta e cinco), conforme planilha orçamentária.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação: 598

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
Secretaria Municipal de Segurança Pública	2.119 Manut. Do Policiamento e da Fiscalização de Trânsito	4490	35

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Any Caroline Vieira Liberato
Responsável TR

Ettore Gustavo Stenghele
Secretário de Segurança Pública de Itajaí